CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3228-2699

DIÁRIO DA MANHÃ (14/08)



Fio Direto

SUELY ARANTES

TCE confirma redução da tarifa de vistoria veicular



Depois da revogação da cautelar que suspendia a redução da tarifa de vistoria veicular, adotada monocraticamente pelo conselheiro Sebastião Tejota no mês passado, o conselheiro substituto Cláudio André Abreu Costa levou ontem ao plenário Tribunal de Contas do Estado de Goiás o recurso de agravo do Detran e da Agência Goiana de Regulação para referendo do pleno. Após análise do recurso, a Gerência de Fiscalização do Tribunal entendeu que o contrato firmado entre Detran e a empresa Sanperes Avaliação e Vistorias em Veículos Ltda, em sua cláusula 11ª, permite reajuste para aumentar ou diminuir o valor da tarifa, de forma extraordinária, a qualquer tempo, tendo por base a Taxa Interna de Retorno (TIR) da concessionária dos serviços. No novo entendimento dos técnicos do TCE, não haveria irregularidade no fato de, após análise dos demonstrativos financeiros da empresa (fluxo de caixa), a agência de regulação ter chegado à condusão de que valores cobrados no momento são superiores ao que deveriam, e visando ao equilíbrio financeiro ter se decidido pela redução da tarifa em quase 40%. O relator verificou que não havia nos autos documentos comprobatórios de que houve arbitrariedade, abuso de poder ou ilegalidade na revisão tarifária. Em seguida, a própria concessionária desistiu da ação e a mesma foi extinta sem resolução do mérito.

DIÁRIO DA MANHÃ (14/08)

JOSÉ NELTO

"União e Estado darão ultimato à Enel Goiás"

● Ministério de Minas e Energia, Aneel, governo de Goiás e bancada federal do Estado vão assinar documento dando prazo de seis meses para a empresa italiana fazer investimentos na ordem R$ 3 bilhões

● Caso a Enel não cumpra os termos do acordo a ser firmado, a Eletrobras irá preparar um edital para licitação de uma empresa ou mais, baseado em um novo modelo de gestão de distribuição de energia elétrica

Helton Lenine

Na próxima semana, haverá, em Brasília, uma reunião decisiva para o futuro dos serviços que a empresa italiana Enel presta em Goiás na distribuição de energia elétrica. O Ministério de Minas Energia, Eletrobras, Aneel, governo de Goiás e a bancada federal do Estadão vão assinar um documento, em que exigem da Enel investimentos na ordem de R$ 3 bilhões, no prazo de seis meses. Caso contrário, findo o prazo, haverá caducidade do contrato firmado com a empresa italiana.

O líder da bancada do Podemos na Câmara Federal, José Nelto revela, com exclusividade ao Diário da Manhã: caso a Enel não venha a fazer os investimentos, a Eletrobras promoverá um novo leilão para a contratação de uma ou mais empresas nacionais ou internacionais para a distribuição de energia em Goiás, face à caducidade do contrato com a empresa italiana. "Vamos preparar um novo modelo de licitação, porque o sistema que levou à contratação da Enel não apresentou os resultados esperados, já que são péssimos os serviços apresentados pela empresa italiana. Haverá ultimato à Enel".



Ronaldo Caiado e a bancada federal de Goiás



Deputado federal José Nelto: "Enel terá que investir mais"

O líder do Podemos disse que as conversas estão sendo mantidas pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) com o ministro de Minas e Energia, Almirante Bento Albuquerque e com a bancada federal de Goiás. "Estamos unidos ao governador para que uma solução seja encontrada o mais rápido possível, pois a população não suporta tantos prejuízos no setor elétrico, principalmente os produtores rurais e os empresários".

José Nelto adiantou que, hoje, vai encaminhar requerimento ao Banco Central e ao Ministério da Economia solicitando informações sobre os dividendos obtidos pela Enel Goiás e enviados ao exterior. "Não se sabe quanto essa empresa lucrou, investiu. É hora de termos transparência total em relação à venda da Celg e a contratação da Enel".

O governador Ronaldo Caiado esteve, semana passada, em Brasília, em reuniões com o presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com o ministro Bento Albuquerque e com os três senadores e 16 deputados federais goianos, em busca de definir a proposta para a solução em relação à Enel e os serviços prestados em Goiás. O secretário Adriano Rocha Lima (Desenvolvimento Econômico) participa da elaboração do documento a ser assinado com a Enel Goiás.

ponto & vírgula
por Marcelo Heleno

TAPETÃO

A prestação de contas do Governo de Goiás referente a 2018 parou na justiça. MP deu parecer favorável a José Eliton e Marconi Perillo, que alegaram falta de notificação antes da sessão, que recomendou a rejeição das contas. Essa sessão pode ser anulada, com abertura de prazo para apresentação de novos argumentos e documentos de defesa, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

LDO

“Podemos chegar a denominador comum”, diz Lissauer sobre aumento no orçamento da Alego

14/08/2019 19:01 ··· Por Elisama Ximenes ···

Presidente da Assembleia Legislativa afirma que vetos sobre emendas da Mesa Diretora à Lei de Diretrizes Orçamentárias serão combatidos



Foto: Nathan Sampaio / Jornal Opção

O presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, Lissauer Vieira (PSB), fez críticas aos vetos do Executivo a emendas da Mesa Diretora na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e disse que irá articular para derrubá-los.

Uma das emendas vetadas previa ampliação do orçamento da Casa de R$ 69 milhões para R$ 155 milhões. “Eu acho que nós não precisamos de um orçamento que seja uma coisa totalmente fora da realidade. Nós podemos chegar, sim, a um denominador comum, a um número que atenda ao Poder Legislativo e que também não prejudique o governo, mas que seja cumprido”, disse.

Para Lissauer, a implementação do duodécimo é fundamental para solucionar a manutenção financeira orçamentária do Legislativo. Segundo ele, as tratativas sobre esse tema estão avançadas, mas o Governo e a Secretaria da Economia não estariam cumprindo a previsão constitucional.

Além disso, o presidente reforçou que o veto sobre regulamentação do orçamento impositivo também será combatido. “[Emendas impositivas] atingem diretamente o trabalho, a estrutura e os benefícios que nós parlamentares podemos levar para cada região, para cada município em que nós trabalhamos”, justificou.

Salário

Sobre o atraso nos repasses para folha de pagamento do Legislativo, Lissauer disse que isso não será mais aceito. “Acho que se o governo está passando por dificuldade, nós somos parte disso e temos que dar nossa parcela de contribuição. No primeiro mês (junho), a Assembleia foi a última a receber. No segundo mês (julho), novamente, a última a receber. Aí nós não podemos aceitar. A partir de agora nós demos um basta nisso”, afirmou.

E completou: “A Assembleia pode até contribuir, mas que se faça um rodízio, coloque outros órgãos também para receber depois do Poder Legislativo. Por que sempre nós temos que ser os últimos? Isso não vamos admitir, não vamos aceitar de forma alguma”.

Economia

Goiás foi sétimo Estado que mais ultrapassou limite de despesas com pessoal

14/08/2019 16:50 ··· Por Elisama Ximenes ···

Tesouro Nacional ressalta as tentativas de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, mas reforça que o ente ainda não tem requisitos suficientes para ser contemplado



Foto: Divulgação

De acordo com Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais, divulgado nesta quarta-feira, 14, Goiás ocupa a sétima posição entre os Estados que ultrapassaram o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) com despesas de pessoal.

O documento do Tesouro Nacional apontou, ainda, que houve um aumento na quantidade de entes que se encontram nessa situação. Os gastos de Goiás com pessoal ultrapassaram o limite em 65,52%.

Esse dado é desconsiderando que no Estado a conta de despesa com pessoal não contempla gastos com pensionistas e imposto de renda retido na fonte. Por esse motivo, o Tesouro frisa que, assim como outros oito entes que estão na lista, em Goiás o gasto acima do limite prudencial não é reconhecido oficialmente nas contas.

No Estado, o governo de Ronaldo Caiado (DEM) tem buscado formas de aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para sanar essa questão. No entanto, o Tesouro afirma que o ente ainda não possui os requisitos suficientes para ser contemplado. A nota de Goiás é a C, e precisaria ser D para tanto.

O POPULAR (14/08)

Goiás tem quadro menos grave que outros 3 Estados

CRISE FISCAL Estado segue no vermelho, com impedimento de empréstimos com aval da União, mas em situação melhor que Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que pediram adesão ao RRF

Fabiana Pulcineli
fabiana.pulcineli@opopular.com.br

Com nota C mantida em avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Economia, o Estado de Goiás mostrou pouca variação nos índices que compõem a capacidade de pagamento (Capag) de suas dívidas na comparação de 2017 para 2018. O Estado segue no vermelho, com impedimento de empréstimos com garantia da União e falta de caixa, mas em situação menos grave que os outros três Estados que também pediram adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), programa de socorro financeiro do governo federal.

Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul têm nota D, segundo o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2019, divulgado ontem pela STN. O boletim, com 141 páginas, faz um retrato da situação fiscal de Estados e municípios.

Goiás aparece com nota C pelo terceiro ano consecutivo. No boletim de 2016, a nota foi D+, mas houve mudança na metodologia no ano seguinte.

Dos três itens que compõem a Capag, em dois houve piora e em um, melhora. O endividamento teve redução de 1 ponto porcentual, mesma variação de subida da poupança corrente. No boletim do ano passado, Goiás tinha 95,27% de poupança corrente, que é a relação entre despesa corrente e receita corrente. Agora passou a 96,26%. Os índices inferiores a 95% representam nota B no item.

A liquidez, que é a relação entre obrigações financeiras e disponibilidade de caixa, variou de 1.820% positivos para 1.021 negativos. A STN informou que os dois resultados refletem uma situação de estresse financeiro. "No boletim de 2018, o número era fortemente positivo porque o Estado tinha um volume muito elevado de obrigações financeiras; no boletim deste ano, o número fica negativo porque a disponibilidade de caixa dele está negativa", explicou.

O boletim destacou outros pontos de estrangulamento das finanças dos Estados, como gastos com folha, restos a pagar e previdência, que impactam nos itens da Capag e podem representar sinais de redução da nota neste ano. Em despesas com pessoal e restos a pagar, o boletim destaca aumento em Goiás na comparação dos dois últimos anos.

Na metodologia da STN, que ignora "maquiagem" nos gastos com funcionalismo, Goiás comprometeu 65,52% da receita corrente líquida com pessoal no ano passado. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limite de 60%. O relatório afirma que o indicador levou em consideração as despesas não empenhadas mencionadas no Panorama Fiscal, em busca de padronização.

Já os dados de restos a pagar – que representam o estoque de despesas realizadas e não pagas – apontam salto de R$ 674 milhões para R$ 855 milhões em Goiás de 2017 para 2018. Quando não há disponibilidade de caixa para o pagamento, os Estados deixam a quitação pendente para momento posterior. "Nesse sentido, o acúmulo de restos a pagar passa a ser uma forma de financiamento alternativa à contratação de operações de crédito", critica o Tesouro Nacional.

Contas públicas

Dados da situação financeira do Estado de Goiás

	2016	2017	2018
Nota da capacidade de pagamento (CAPAG)	C	C	C
Endividamento (dívida consolidada/receita corrente líquida)	102,03%	93,37%	92,37%
Poupança corrente (despesa corrente/ receita corrente)	95,55%	95,27%	96,26%
Liquidez (obrigações financeiras/ disponibilidade de caixa)	66,12%	1.820,59%	– 1.021,89%
Folha (Despesas com pessoal/receita corrente líquida)	60,90%	58,37%	65,52%
Restos a pagar (em R$ milhões)	558	674	855
Custo da Previdência para o Tesouro Estadual (em R$ milhões)	2.220	2.613	2.623
Montante de endividamento (em R$ milhões)	18.900	18.906	19.677

Fonte: Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2019 da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Economia

ESTABILIDADE

Em janeiro, no início de sua gestão, o governador Ronaldo Caiado (DEM) chegou a afirmar que os técnicos do Ministério da Economia haviam antecipado que Goiás tinha caído para nota D na avaliação da Capag, mas a STN negou a informação afirmando que só seria possível avaliar com a consolidação dos dados e com a divulgação da nova edição do boletim. Agora, os números oficiais mostram estabilidade no quadro.

O POPULAR pediu à Secretaria da Economia um posicionamento sobre os dados no final da tarde de ontem, mas não obteve resposta.

Neste novo relatório da STN, 14 Estados aparecem com nota C e 9 com nota B. O Espírito Santo é o único com A. Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul já tinham nota D no boletim anterior. Já Minas Gerais não havia sido avaliada no ano passado por não ter encaminhado todos os dados.

A Capag de Rondônia e do Amapá piorou de B para C, enquanto a do Piauí melhorou de C para B.

Apenas Estados com Capag A ou B podem contrair empréstimos com garantia da União, o que torna possível a negociação com juros mais baixos e condições mais favoráveis.

Missão faz levantamento de informações para RRF

A Secretaria do Tesouro Nacional divulgou ontem que houve uma missão técnica do órgão com a Secretaria Especial da Previdência e com o Estado de Goiás no dia 2 de agosto para levantamento das informações necessárias para início da construção do plano exigido no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Os dados estão em capítulo especial sobre o RRF que consta no Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2019.

O governo de Goiás e a Secretaria da Economia não divulgaram essa agenda. Procurado ontem, o Estado não deu informações sobre a missão.

Segundo o relatório do governo federal, a STN aguarda o envio, pelo Estado, do diagnóstico fiscal para avançar para a etapa de elaboração do cenário-base. Segundo o cronograma do RRF, o prazo para a missão técnica é de um mês e do diagnóstico, de dois meses. O cenário-base levaria outros dois meses. Haveria mais um mês para o "cenário ajustado" e, por fim, o Estado protocola o pedido de pré-acordo ou de acordo com a União.

O relatório da STN reafirma que Goiás não cumpre dois dos três requisitos do RRF, mas ressalta que as tratativas seguem por decisão judicial – liminar do Supremo Tribunal Federal.

Relatório confirma nota B para o município de Goiânia

O Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2019, divulgado ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), confirmou a melhora da nota do município de Goiânia, que subiu de C para B. Foi a única capital a ter melhora na avaliação. Belém (PA) e Cuiabá (MT) caíram de B para C. Em abril, O POPULAR já havia mostrado a situação positiva, com dados prévios da STN. O salto já permitiu também autorização de empréstimo com aval da União.

Os dados apontam nota A para a capital goiana nos indicadores de endividamento (33,35%) e liquidez (95,94%). Na poupança corrente, o município tem 93,65%, o que garante nota B. Por conta deste terceiro índice, a nota geral fica B.

Das 26 capitais brasileiras, 11 têm nota C e estão impedidas de contratar empréstimos com garantia. Palmas (TO), Boa Vista (RR), Rio Branco (AC) e Manaus (AM) têm nota A.

GIRO

Cortes

A Assembleia Legislativa suspendeu por seis meses a concessão do abono pecuniário dos servidores efetivos. O benefício permite a "venda" de um terço das férias.

Prioridades

A Casa argumenta que são necessários "ajustes financeiros e orçamentários", além do direcionamento de recursos para as obras da nova sede.

Sem previsão

O governo suspendeu o leilão da área que fica na região da 44. É que a Secretaria Estadual de Administração questiona pontos da avaliação do imóvel, que ficou na casa dos R$ 70 milhões. A pasta aponta que pode valer mais.

Alternativa

O governo Caiado acertou que parte do dinheiro arrecadado com a venda da área (R$ 35 milhões) vai para a Avenida Leste-Oeste. O prefeito Iris Rezende (MDB) já procurou parlamentares para viabilizar emenda de bancada para a obra.



Caio Henrique Salgado

caio.salgado@opopular.com.br

Revogação da concessão de emplacamento deve ser alterada por deputados

Há dois meses sem tramitar na Assembleia Legislativa, o projeto enviado pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) para revogar a lei que autoriza o Detran a conceder a prestação do serviço de confecção de placas automotivas é alvo de resistências e pode ser alterado para garantir a realização de licitações. A proposta está parada na Comissão Mista desde 12 de junho, quando recebeu pedidos de vista, e foi apresentada para o governo permitir que todas as empresas aptas possam atuar no ramo a partir de credenciamento. A ideia, no entanto, não agrada grupo de deputados estaduais que inclui o presidente da Mista e da CCJ, Humberto Aidar (MDB) - ele chegou a promover audiência pública sobre o assunto. Nos bastidores, a Casa estuda a apresentação de emendas para obrigar a realização de processo licitatório. "O serviço não pode ser entregue a qualquer um que queira, sem critérios", argumenta um parlamentar.

O HOJE (14/08)

Governador atende Sindifisco-GO

Após manifestação do presidente do sindicato, Ronaldo Caiado afirmou que vai revogar decreto

Dayrel Godinho e Raphael Bezerra
Especial para O Hoje

Segundo o Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindifisco), o governador Ronaldo Caiado (Democratas) solicitou ontem (14) a confecção de um novo decreto com a revogação do atual decreto estadual 9.488, que concedeu acesso irrestrito ao sigilo fiscal à Procuradoria Geral do Estado (PGE).

A decisão se deu por meio de uma conversa do governador de Goiás com o presidente do Sindifisco, Paulo Sérgio do Carmo, no que, de acordo com o sindicato, era para ser uma reunião, no entanto foi uma conversa entre os dois, para chegar neste consenso.

Novo documento

O documento será substituído por um decreto que vai estabelecer a criação de um núcleo especializado no combate à sonegação, lavagem de dinheiro, organizações criminosas, dentre outros crimes que corroem os cofres públicos.

Esse núcleo será intersecretarial, explica Paulo, e integrado por servidores de todas as áreas afins, subordinado diretamente ao governador. Caiado determinou a seus secretários, Pedro Sales e Ernesto Roller, que façam a intermediação entre todos os órgãos e servidores envolvidos, como Fisco, PGE, Segurança Pública e Ministério Público, entre outros.

"Neste caso, o sigilo legal será transferido ao grupo e manipulado somente por servidor público com atribuições legais para a função, ligado ao grupo", explica o presidente do Sindifisco-GO, Paulo Sérgio do Carmo.

Paulo esclarece que o governador, na conversa, compreendeu que o referido decreto, além de não atender ao que ele idealizou como um grupo de combate à ilícitos, extrapolou os limites em relação ao sigilo fiscal. Dessa forma, o novo documento restabelece os papéis do auditor fiscal e resguarda a privacidade dos dados dos cidadãos.

Neste caso, o sigilo legal será transferido ao grupo e manipulado somente por servidor público com atribuições legais para a função, ligado ao grupo



Caiado deve assinar novo documento que substituirá a outra publicação

Procuradores se manifestaram contra o primeiro decreto

Após ser publicado o decreto que autoriza a PGE passou a ter acesso a dados sigilosos e de prerrogativa do Sindifisco com a assinatura do decreto n. 9.488/2019 assinado pelo governador de Goiás Ronaldo Caiado (Democratas), os cinco superintendentes — indicados pela secretaria da Economia — da Receita Estadual colocaram o cargo à disposição até a revogação do dispositivo.

Esta situação, como publicado pelo O Hoje na edição do último final de semana, fez com que o presidente do Sindifisco-GO, Paulo Sérgio, se manifestasse contrário ao documento por "considerar a medida perigosa pois, os Procuradores podem atuar na iniciativa privada dotados de dados sigilosos sobre os contribuintes goianos e concorrentes diretos dos escritórios aos quais possam prestar serviços", de acordo com Paulo Sérgio.

Os cinco superintendentes da Receita Estadual se reuniam na tarde desta terça-feira com a secretária de Economia do Estado de Goiás, Cristiane Schmidt, para expor a indignação com o decreto assinado por Ronaldo Caiado.

Após a reunião, os superintendentes mantiveram a decisão de disposição dos cargos até a revogação do decreto.

Na época a assessoria do Sindifisco afirmou que a secretária de Economia declarou que não foi consultada pela Secretaria da Casa Civil, comandada por Anderson Máximo nem pela PGE, comandada por Juliana Prudente, sobre a edição da norma e que levará o caso ao conhecimento do governador Ronaldo Caiado.

Paulo Sérgio havia lamentado a mudança do texto que, para ele, antes, o órgão só compartilhava os dados através de solicitação das pastas através de requerimentos. "Esses requerimentos eram analisados e encaminhávamos os dados necessários para atender a demanda do órgão. Mas agora temos uma abertura irrestrita desses dados sem nenhuma prerrogativa", lamentou.